

HABEAS CORPUS Nº 568.148 - ES (2020/0073044-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PABLO RAMON ULISSES MEDEIROS
ADVOGADO : PABLO RAMON ULISSES MEDEIROS - ES012213
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : HENRIQUE SANTATO HOTT (PRESO)
PACIENTE : LUIZ VICTOR GONCALVES LIMA LUNA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : JOSE MARIA PASSOS ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HENRIQUE SANTATO HOTT, LUIZ VICTOR GONÇALVES LIMA LUNA DA SILVA e JOSÉ MARIA PASSOS ALVES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo no julgamento da Ação Criminal n. 0002253-56.2020.8.08.0035.

Do que se pode extrair da instrução dos autos, o pedido de liberdade provisória dos pacientes foi indeferido (e-STJ fls. 28/37).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cujo pleito liminar não foi apreciado pelo magistrado plantonista porquanto "[...] o pedido não se insere dentre as hipóteses cognoscíveis pelo plantão judiciário ordinário [...]" (e-STJ fl. 39). Acrescentou que, "[...] além de ser matéria que poderia ter sido deduzida no expediente regular (tendo em conta as datas da prisão e da decisão indeferindo a revogação da prisão), a prisão já vem sendo discutida em Habeas Corpus anteriormente impetrado" (e-STJ fl. 39).

No presente *writ*, a defesa informa que a prisão em flagrante ocorreu no dia 29/1/2020 – pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 180 (receptação), 288 (associação) e 311 (adulteração de sinal identificador de veículo automotor) do Código Penal –, no entanto, os familiares, o Ministério Público e o magistrado foram comunicados do referido encarceramento somente no dia 31/1/2020.

O impetrante afirma que não pôde acompanhar o depoimento dos condutores e das testemunhas, nem teve acesso aos acusados. Acrescenta que "*todo o*

APF encontra-se eivado de ilegalidades insanáveis seja pela não comunicação por parte do delegado de polícia ao juiz competente, ao Ministério Público ou cópia integral a defensoria pública no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e somente informado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; seja pela não permissão de comunicação aos seus familiares ou de tentarem terem entrado em contato com um advogado, ou seja pela utilização de algemas de forma afrontosa a lei como comprovado pelo vídeo" (e-STJ fl. 11).

Além disso, afirma que a custódia preventiva foi decretada sem apontar os requisitos estampados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Diante dessas considerações, a defesa requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ou de prisão domiciliar com ou sem monitoramento eletrônico.

É, em síntese, o relatório.

Inicialmente, verifica-se que o ato apontado como coator (decreto da prisão preventiva dos pacientes) bem como os demais documentos que comprovariam as supostas ilegalidades do auto de prisão em flagrante não vieram encartados aos autos, impossibilitando a análise da pretensão apresentada no *writ*.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. FALTA DE PEÇAS NECESSÁRIAS. DECISÃO DA CORTE DE ORIGEM. MERA COLAÇÃO NA PETIÇÃO INICIAL. DOCUMENTO OFICIAL. EXIGÊNCIA DA REPRODUÇÃO DO DECISUM CONFORME PREVISTO NO ART. 134, C.C. ART. 255, §§ 1º E 3º, DO RISTJ.

[...]

2. A ausência nos autos do habeas corpus do acórdão ou da decisão combatida torna inviável o exame da controvérsia, não se prestando à finalidade de instrução a mera transcrição, na própria petição inicial, do seu suposto teor, já que, de acordo com a exigência estabelecida no art. 134, c.c. art. 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ, há necessidade da reprodução advinda de repositórios oficiais.

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no HC 429.823/PR, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018, grifei.)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO DECRETO PRISIONAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT ORIGINÁRIO. PROVA QUE DEVE SER PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR NA ANÁLISE DO PLEITO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. *É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído.*

2. *Não merece reparos a decisão atacada, pois persiste a ausência do decreto prisional e da cópia do indeferimento de liminar do writ originário elencados no decisum acima transcrito, o que impede a análise meritória do presente habeas corpus.*

3. *Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento.* (RCD no HC 410.828/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. MANDAMUS NÃO INSTRUÍDO COM CÓPIA DO PROVIMENTO JUDICIAL QUESTIONADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA.

[...]

2. *A impetração não veio instruída com cópia da decisão impugnada, não havendo que se falar, assim, em flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice acima mencionado.*

3. *O rito do habeas corpus e do recurso ordinário em habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca e tempestiva, por meio de documentação que evidencie a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa. Precedentes.*

4. *Agravo regimental desprovido.* (AgInt no HC 409.060/RN, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 28/2/2018, grifei.)

Outrossim, verifico que o pedido nem sequer foi apreciado pelo **Tribunal de origem** por ocasião do julgamento do *habeas corpus* originário, de maneira que fica obstado o exame da matéria diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e devido processo legal.

Em outras palavras, percebe-se a incompetência desta Corte para o processamento e julgamento da controvérsia, já que inexiste, no ponto, ato coator emanado de tribunal sujeito à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça, nos moldes do que exige o art. 105, I, "c", da Constituição Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. HABEAS CORPUS. [...]. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Tendo o decisum atacado sido proferido monocraticamente por Desembargador e não havendo deliberação colegiada do Tribunal de origem, inviabiliza-se o conhecimento de habeas corpus impetrado perante esta Corte Superior. Com efeito, é fundamental, no caso, o prévio exaurimento da jurisdição na anterior instância, antes de se comparecer aos Tribunais de Cúpula.

2. A ausência de manifestação do Tribunal de origem sobre a matéria suscitada na impetração impede sua apreciação por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgInt no HC 366.298/PB, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 16/09/2016, grifei)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. ART. 1º, I, DL 201/1967. MEDIDA DE AFASTAMENTO CAUTELAR DO CARGO COM IMPOSIÇÃO DE RESTRIÇÕES FUNDADAS NO ART. 319 DO CPP SOB PENA DE PRISÃO. ADMISSIBILIDADE DO MANDAMUS, NA HIPÓTESE. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. ILICITUDE DA PROVA ADVINDA DE QUEBRA DE SIGILO DETERMINADA POR JUIZ DE DIREITO EM AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL. QUESTÃO NÃO APRECIADA NO DECISUM. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA DA DECISÃO NO TOCANTE AO AFASTAMENTO DA PREFEITA DO CARGO.

FALTA DE CONTEMPORANEIDADE ENTRE OS FATOS INVESTIGADOS E A DECISÃO DE AFASTAMENTO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE HC DE OFÍCIO. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO, TÃO SOMENTE PARA CASSAR O DECISUM NA PARTE EM QUE DETERMINOU O AFASTAMENTO DA PREFEITA DO CARGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.

1. A jurisprudência mais atual da Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça entende que a admissibilidade de habeas corpus para discutir afastamento de prefeito do cargo está condicionada à imposição conjunta de medidas que possam implicar restrição à liberdade de locomoção do paciente, como a prisão preventiva ou medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

2. Na hipótese, o mandamus volta-se contra decisão de relator de medida cautelar requerida pelo Ministério Público do Estado da Paraíba que, além de determinar o afastamento da paciente do cargo de Prefeita, impôs restrições fundadas no art. 319 do CPP, sob pena de prisão preventiva, como esclareceu a própria autoridade coatora em suas informações. Nesse contexto, é, em princípio, admissível a impetração.

3. Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar habeas corpus impetrado nas hipóteses em que a autoridade coatora ou o paciente estejam indicados no art. 105, inciso I, alíneas a e c, da Constituição Federal.

4. No caso, o writ foi impetrado contra decisão monocrática proferida por relator no Tribunal de origem, a qual não foi impugnada por recurso cabível, objetivando submeter a decisão à apreciação do órgão colegiado. **Uma vez não esgotada a instância ordinária, é manifesta, portanto, a supressão de instância.**

[...] (HC 331.986/PB, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 23/06/2016, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE DELIBERAÇÃO COLEGIADA DA CORTE DE ORIGEM. EXIGÊNCIA DE PRÉVIO EXAURIMENTO DA JURISDIÇÃO NA ANTERIOR INSTÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Se não há deliberação colegiada da Corte de origem, inviabiliza-se a apreciação, por este Sodalício, do teor da decisão unipessoal proferida em sede de habeas corpus.

2. É fundamental, no caso, o prévio exaurimento da jurisdição na anterior instância, antes de se comparecer aos Tribunais de Cúpula. Portanto, não existe propriamente uma opção em ingressar, ou não, com o competente agravo regimental, a fim de se ensejar o pronunciamento colegiado do Tribunal local.

Superior Tribunal de Justiça

3. A ausência de manifestação do Tribunal a quo sobre a matéria suscitada na impetração impede sua apreciação por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 268.382/RJ, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 04/11/2014, grifei.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator